



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE

1.1. Número do processo: 18506/2025.

1.2. Área solicitante: Secretaria Municipal de Educação.

1.3. Objeto: Contratação de empresa para preparo e fornecimento de refeições destinadas à alimentação escolar, visando atender às necessidades dos alunos da rede municipal de ensino, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demais normativas vigentes.

2 – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A contratação em estudo busca atender à necessidade de assegurar o fornecimento regular e adequado de alimentação escolar aos alunos da rede pública municipal de ensino de Fazenda Rio Grande, durante os 200 (duzentos) dias letivos previstos no calendário escolar ou conforme a programação oficial da Secretaria Municipal de Educação. Trata-se de um serviço essencial à promoção do direito à educação, da segurança alimentar e do desenvolvimento físico e cognitivo dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

A demanda crescente, associada à complexidade das atividades envolvidas — que incluem o recebimento, armazenamento, preparo, distribuição das refeições, bem como a higienização dos espaços, utensílios e equipamentos utilizados — impõe à administração pública a análise cuidadosa das alternativas disponíveis para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento, conforme os parâmetros legais e sanitários vigentes.

Ainda em fase de estudo, esta etapa visa compreender o problema sob a perspectiva do interesse público, avaliando de forma técnica as possibilidades de atendimento da necessidade, considerando aspectos como viabilidade operacional, capacidade



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

institucional, economicidade, regularidade no fornecimento e segurança alimentar. A solução mais adequada será definida com base na avaliação das alternativas existentes, respeitando os princípios da eficiência, planejamento e interesse público que regem as contratações públicas.

3. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. - A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria Municipal de Educação de Fazenda Rio Grande, em consonância com as diretrizes de planejamento da Administração Pública Municipal. Sua inclusão no PCA reforça o compromisso com a gestão eficiente dos recursos públicos e com a observância dos princípios do planejamento e da previsibilidade, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

O alinhamento da contratação com o planejamento institucional demonstra que a demanda foi identificada com antecedência, com base nas necessidades recorrentes e permanentes da rede municipal de ensino, especialmente no que se refere à garantia da alimentação escolar regular aos alunos durante o período letivo. A previsão no PCA contribui para o adequado dimensionamento dos recursos orçamentários, permitindo maior controle, organização e racionalização dos processos de contratação no âmbito da Secretaria.

3.2 – Fundamentação Legal;

- Lei Federal 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Medida Provisória Nº 1.167/23 – Altera a Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021(...)
- Decreto nº7111/2023 – Procedimentos para o planejamento das licitações;
- Decreto nº7113/2023 – Procedimentos Administrativos para pesquisa e formação de preços;
- Decreto nº7114/2023 – Procedimentos relativos às contratações diretas;



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

- Decreto nº7153/2023 – Regulamenta, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, o disposto no art. 20 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme especifica;
- Decreto nº7154/2023 – Regulamenta, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, o disposto no art. 19 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme especifica;
- Decreto nº7223_2024 – Regulamenta, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, os procedimentos licitatórios a que se refere a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme especifica;
- Decreto nº7224_2024 – Regulamenta, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, os procedimentos relativos as modalidades de licitação de acordo com o art. 28 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme especifica;
- Decreto nº7225_2024 – Regulamenta os procedimentos administrativos para adoção do sistema de registro de preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no âmbito do Poder Executivo do Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná;
- Decreto nº7229/2024 – Regulamenta, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, o inciso VII, do art. 12 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme especifica;
- Portaria Nº035/2024 – Dispõe sobre a designação de servidores públicos municipais para exercerem as atribuições de Agente de Contratação e Pregoeiro (a), e compor a Equipe de Apoio, conforme especifica e confere outras providências;
- Decreto nº7319/2024 – Regulamenta o procedimento auxiliar de credenciamento, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, o disposto no art. 79 da Lei Federal n.º14.133, de 1º de abril de 2021, conforme especifica;



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

- Decreto nº7392/2024 – Altera a redação de dispositivos legais no bojo do Decreto Municipal n. 7113, de 18 de outubro de 2023, conforme especifica;
- Instrução normativa nº002/2024 – Atualiza o regulamento das regras e os procedimentos para a habilitação em contratações, no âmbito do Poder Executivo do Município de Fazenda Rio Grande – PR, conforme especifica;
- Instrução Normativa nº004_2024 – Dispõe sobre a padronização da instrução do processo licitatório no âmbito do Poder Executivo Municipal, conforme especificado;
- Decreto N°7482_2024 – Disciplina, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Fazenda Rio Grande sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela Administração Pública prevista na Lei Federal n.14.133, de 1o de abril de 2021, conforme especifica;
- Decreto N°7483_2024 – Disciplina no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Fazenda Rio Grande a designação de agentes públicos responsáveis pela instrução e condução dos processos de contratação pública prevista na Lei Federal n.º 14.133, de 1o de abril de 2021, conforme especifica;
- Lei Nº 15608_2007 – Estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).;
- Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 – Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.;



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

- Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020 – Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
- Resolução CD/FNDE nº 3, de 4 de fevereiro de 2025 – Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Habilitação: A habilitação é a fase do processo licitatório destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante em executar o objeto da contratação, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa nº 002/2024, de 29 de abril de 2024. Essa verificação abrange os aspectos jurídicos, técnicos, fiscais, sociais, trabalhistas e econômico-financeiros do participante.

Para o presente processo licitatório, em conformidade com a referida Instrução Normativa, serão exigidos os seguintes aspectos de habilitação: jurídica, fiscal (incluindo a regularidade social e trabalhista) e técnica, conforme detalhado nos subitens a seguir. A apresentação dos documentos e declarações exigidos visa assegurar que os licitantes estejam aptos, legalmente constituídos, regulares junto aos órgãos competentes e tecnicamente capacitados para a execução do objeto contratual.

4.1.1 – Habilitação Jurídica: Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados documentos que comprovem a existência legal e a regular constituição do licitante, conforme sua natureza jurídica, nos termos do art. 3º do regulamento vigente. São exigidos os seguintes documentos:

- **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade em todo o território nacional;
- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da sede;



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

- **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade no site oficial do Governo Federal;
- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial, acompanhado de documento que comprove seus administradores;
- **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial competente;
- **Sociedade simples:** ato constitutivo inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com documentos dos administradores;
- **Filial, sucursal ou agência:** ato constitutivo devidamente inscrito na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com averbação na sede da matriz;
- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com ata de aprovação e registro conforme a Lei nº 5.764/1971;

Obs: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.1.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista: Para a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos, nos termos do art. 5º da regulamentação:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

- Certidão conjunta da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive os relativos à Seguridade Social;
- Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão negativa de débitos trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa, expedida pela Justiça do Trabalho;



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

- Certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto;
 - Caso o fornecedor seja isento de tributos estadual ou municipal, deverá apresentar declaração da respectiva Fazenda;
 - Declaração de observância do limite legal para obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, para microempresas e empresas de pequeno porte;
- O MEI que desejar os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.1.3 – Habilitação Técnica: Nos termos da Instrução Normativa nº 002/2024, de 29 de abril de 2024, a habilitação técnica tem por finalidade comprovar que o licitante possui a qualificação necessária para a execução do objeto licitado, assegurando à Administração Pública que a empresa contratada possui experiência e capacidade operacional compatíveis com as exigências da contratação.

A exigência de documentos de habilitação técnica visa garantir a seleção de licitantes com aptidão comprovada para realizar o preparo e fornecimento de refeições destinadas à alimentação escolar, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demais normativas vigentes. Considerando a natureza contínua, essencial e sensível do objeto — que envolve diretamente a segurança alimentar, a saúde e o desenvolvimento de crianças e adolescentes da rede pública de ensino —, torna-se imprescindível adotar critérios mínimos de qualificação técnica como forma de mitigar riscos de inadimplemento, falhas na execução contratual ou descontinuidade no fornecimento das refeições.

Tal exigência está amparada no art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a exigir dos licitantes documentações que comprovem sua aptidão técnica para o desempenho da atividade contratada, em proporção adequada ao objeto.



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

Dessa forma, o licitante deverá apresentar os documentos listados a seguir, que comprovem sua qualificação técnica e sua capacidade de execução do objeto contratual, em conformidade com as disposições legais e normativas aplicáveis.

– **Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN)** da jurisdição correspondente à sua sede, comprovando sua regularidade perante o órgão de classe;

– **Atestado(s) de capacidade técnica:** Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, demonstrando a execução de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da quantidade de refeições previstas para o período de 12 (doze) meses de contrato, correspondente ao total estimado de 6.808.219 refeições, conforme item 1.4 do Termo de Referência, admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que referentes a execuções concomitantes, de forma a ampliar a competitividade do certame.

– **Justificativa:** Considerando que o objeto do presente processo trata-se Contratação de empresa para preparo e fornecimento de refeições destinadas à alimentação escolar da rede municipal de ensino, entende-se como essencial a exigência de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Tal exigência visa garantir que as empresas participantes possuam experiência prévia comprovada na execução de contratos de fornecimento de gêneros alimentícios em escala semelhante, especialmente considerando a natureza contínua e a relevância social do objeto, que envolve a alimentação regular de crianças e adolescentes matriculados na rede municipal. A adequada execução desse serviço é indispensável para assegurar o bem-estar e o desempenho escolar dos alunos, sendo inaceitável o risco de descontinuidade.



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

A exigência está amparada no art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer documentação que comprove a aptidão da licitante, como forma de mitigar riscos na contratação. Trata-se de uma medida proporcional e razoável, voltada à seleção de empresas com capacidade operacional compatível com o porte do contrato.

Ademais, registros de experiências anteriores em instituições públicas de ensino e administrações municipais do Estado do Paraná revelam ocorrências de abandono contratual e falhas graves de execução no fornecimento de alimentação escolar, ocasionadas por empresas que não possuíam estrutura adequada ou experiência suficiente para atender à demanda. Tais situações resultaram em prejuízos à Administração e, principalmente, à população estudantil.

Diante disso, a exigência do atestado de capacidade técnica configura-se como mecanismo necessário para garantir a regularidade da execução contratual, preservar o interesse público e assegurar a adequada prestação do serviço essencial de alimentação escolar.

– Comprovante de registro do responsável técnico da licitante no CRN, acompanhado de documentação que comprove o vínculo deste profissional com a empresa licitante. O vínculo poderá ser demonstrado por meio de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), registro de empregados, contrato de prestação de serviços, contrato social da empresa ou ata de eleição, no caso de diretor estatutário, devendo o profissional integrar o quadro permanente da proponente; A apresentação do comprovante será exigida no momento da assinatura do contrato.

Obs: Todos os documentos exigidos para a habilitação deverão estar em nome da empresa licitante, com o mesmo número de CNPJ, vedada a apresentação de documentos que se refiram separadamente à matriz e à filial, exceto nos casos em que a documentação englobe ambos.

4.2 – Demais Documentos: Os documentos listados a seguir devem ser apresentados no ato de assinatura de contrato.



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

4.2.1 – Declaração de vistoria nos locais da prestação do serviço: firmada por representante da empresa licitante, atestando que teve ciência das condições locais, dos equipamentos e utensílios disponíveis, bem como dos critérios necessários para a execução do objeto da licitação. A lista das unidades de ensino sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação encontra-se disposta no **Anexo III**.

Ressalta-se que, embora facultativa, a realização da vistoria não poderá ser alegada, em caso de não realização, como justificativa para eximir a proponente de suas obrigações contratuais ou para pleitear acréscimos de preços em razão de desconhecimento das condições e grau de dificuldades na execução do objeto.

4.2.2 – Declaração conforme ANEXO IV, assinada por Representante Legal da empresa.

Obs: A Administração Pública Municipal poderá requerer dos licitantes outras informações e documentos que forem julgados imprescindíveis para a aprovação do objeto da licitação. As informações solicitadas deverão ser apresentadas em até 48 (quarenta e oito) horas a partir da requisição feita através de ofício ou e-mail.

4.3 – Garantia de Execução: Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 98 da Lei nº 14.133 de 2021, no percentual de 5% do valor inicial do contrato.

4.3.1 – A garantia deverá ser apresentada conforme previsto no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2 – Em relação ao seguro-garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluirá cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

4.3.3 – A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.3.4 – O Município poderá utilizar a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

4.3.5 – A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

4.3.6 – Justificativa: Considerando que o objeto do presente processo trata da contratação de empresa especializada para o preparo e fornecimento de refeições destinadas à alimentação escolar, visando atender às necessidades dos alunos da rede municipal de ensino, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demais normativas vigentes, justifica-se a exigência de garantia de execução contratual.

Trata-se de serviço de natureza essencial e contínua, diretamente relacionado à saúde, ao desenvolvimento e ao desempenho escolar dos estudantes, cuja interrupção pode causar prejuízos significativos à comunidade escolar. A exigência de garantia encontra amparo no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite sua adoção mediante motivação expressa nos autos do processo licitatório.

Diante da complexidade da operação — que envolve logística, controle de qualidade, manipulação de alimentos, cumprimento de cardápios nutricionais e atendimento simultâneo a diversas unidades escolares —, bem como dos riscos de inadimplemento contratual, entende-se necessária a exigência da garantia como mecanismo de proteção ao interesse público.

Além disso, a Administração tem conhecimento de experiências negativas vivenciadas por entes públicos em contratações similares, nos quais a ausência de capacidade operacional das empresas resultou em falhas na execução e abandono contratual, comprometendo o atendimento aos alunos.

Dessa forma, a exigência da garantia de execução contratual, limitada a até 5% do valor do contrato, conforme previsto no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, revela-se



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

medida proporcional, preventiva e necessária para assegurar a adequada prestação do serviço e resguardar a continuidade da alimentação escolar da rede municipal de ensino.

5. DO QUANTITATIVO

5.1 – O quantitativo estimado para a presente contratação foi definido pela Divisão Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e formalizado por meio de parecer constante no protocolo administrativo do processo licitatório. Em atenção à solicitação de previsão de quantitativo para a contratação de serviços de alimentação escolar para o exercício de 2026, informa-se que a estimativa foi elaborada com base nos dados atuais e em parecer técnico anterior, levando em considerações possíveis variações de demanda. A projeção segue anexa, devidamente detalhada por tipo de refeição e número de alunos atendidos, com estimativa para 200 (duzentos) dias letivos.

Lote 01						
Item	CATSER	Tipo de refeição	Qtd alunos/dia	Total 12 meses (para 200 dias letivos) Exercício	VLR UN.	VLR TOTAL
1	3697 99011378	CMEI – DESJEJUM LACTÁRIO	288	57.600	R\$ 3,00	R\$ 172.800,00
2	3697 99011379	CMEI – DESJEJUM	2.422	484.400	R\$ 4,09	R\$ 1.981.196,00
3	3697 99011380	CMEI – LANCHE LACTÁRIO	288	57.600	R\$ 3,01	R\$ 173.376,00
4	3697 99011381	CMEI – LANCHE	2.422	484.400	R\$ 3,24	R\$ 1.569.456,00
5	3697 99011382	CMEI – ALMOÇO LACTÁRIO	288	57.600	R\$ 5,04	R\$ 290.304,00
6	3697 99011383	CMEI – ALMOÇO	2.422	484.400	R\$ 5,55	R\$ 2.688.420,00
7	3697 99011384	CMEI – JANTAR LACTÁRIO	288	57.600	R\$ 3,27	R\$ 188.352,00
8	3697	CMEI – JANTAR	2.422	484.400	R\$ 4,43	R\$ 2.145.892,00



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
 Divisão Administrativa

	99011385					
9	3697 99011386	ESCOLAS – Período Parcial – LANCHE 1 (1ª refeição antes do início da aula)	300	60.000	R\$ 4,58	R\$ 274.800,00
10	3697 99011387	ESCOLAS – Período Parcial – LANCHE 2 (servido no intervalo da aula)	16.980	3.396.000	R\$ 5,77	R\$ 19.594.920,00
11	3697 99011388	ESCOLAS – Período Parcial JANTAR EJA	100	20.000	R\$ 7,63	R\$ 152.600,00
12	3697 99011389	ESCOLAS – período Integral – CAFÉ DA MANHÃ	1.900	380.000	R\$ 4,50	R\$ 1.710.000,00
13	3697 99011390	ESCOLAS – período Integral – ALMOÇO	1.900	380.000	R\$ 8,84	R\$ 3.359.200,00
14	3697 99011391	ESCOLAS – período Integral – LANCHE DA TARDE	1.900	380.000	R\$ 6,76	R\$ 2.568.800,00
15	3697 99011392	PRÁTICA ALIMENTAR 1	-	6.158	R\$ 5,03	R\$ 30.974,74
16	3697 99011393	PRÁTICA ALIMENTAR 2	-	4.363	R\$ 4,42	R\$ 19.284,46
17	3697 99011394	PRÁTICA ALIMENTAR 3	-	3.770	R\$ 4,89	R\$ 18.435,30
18	3697 99011395	KIT LANCHE	-	9.928	R\$ 8,48	R\$ 84.189,44
Total Quantidade Refeições Previstas:				6.808.219		
Valor total estimado da licitação:				R\$ 37.022.999,94		

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

No caso do fornecimento de alimentação escolar para a rede municipal de ensino, foram consideradas as seguintes alternativas possíveis para atendimento da demanda:

6.1 – Contratação direta de profissionais pela administração pública para atuarem nas cozinhas escolares, com aquisição e logística de insumos sob responsabilidade do município: tal alternativa mostrou-se inviável, uma vez que o cargo de cozinheira e



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

serviços gerais foi extinto no âmbito do município de Fazenda Rio Grande, não sendo possível prover a mão de obra necessária para execução direta dos serviços de alimentação escolar.

6.2 – Aquisição dos gêneros alimentícios com execução dos serviços de preparo sob regime próprio das escolas: também se revelou inviável no momento, em razão da falta de estrutura física adequada nas unidades escolares, tanto para armazenamento quanto para a manipulação e preparo dos alimentos, o que comprometeria a segurança alimentar e o cumprimento das normas sanitárias.

6.3 – Alimentação transportada (fornecimento de refeições prontas por empresa externa): a alternativa foi descartada por representar riscos à segurança e qualidade alimentar, uma vez que o preparo fora das instituições compromete a conservação adequada dos alimentos, além de gerar dificuldades logísticas com impacto direto nos horários e cronogramas de alimentação das escolas.

6.4 – contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços de fornecimento e preparo de alimentação escolar aos alunos matriculados nas instituições da rede municipal de ensino de Fazenda Rio Grande, compreendendo o fornecimento da matéria-prima (gêneros alimentícios) e a execução integral dos serviços diretamente nas unidades escolares, incluindo cocção, distribuição, recebimento e armazenamento dos gêneros, pré-preparação, organização de estoque, higienização de utensílios, equipamentos e ambientes utilizados.

6.5 – Definição da Solução: Diante das limitações identificadas nas demais alternativas, e após análise técnica e econômica, a Direção-Geral da Secretaria Municipal de Educação optou pela manutenção da solução já adotada no contrato anterior do Município, por se mostrar a alternativa mais viável, segura e compatível com a realidade operacional da rede municipal, conforme formalizado no protocolo administrativo 18506/2025.

Assim, será realizada a contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços de fornecimento e preparo de alimentação escolar aos alunos matriculados nas



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

instituições da rede municipal de ensino de Fazenda Rio Grande, compreendendo o fornecimento da matéria-prima (gêneros alimentícios) e a execução integral dos serviços diretamente nas unidades escolares, incluindo cocção, distribuição, recebimento e armazenamento dos gêneros, pré-preparação, organização de estoque, higienização de utensílios, equipamentos e ambientes utilizados.

Também será de responsabilidade da contratada a disponibilização de mão de obra especializada, equipamentos, utensílios e materiais de limpeza, assegurando a execução dos serviços durante 200 (duzentos) dias letivos por ano, ou conforme o calendário escolar.

As refeições deverão ser preparadas e distribuídas nas próprias unidades escolares no mesmo dia do consumo, garantindo qualidade, valor nutricional e segurança alimentar. A empresa deverá observar rigorosamente as normas de higiene, segurança e conservação, conforme a legislação sanitária vigente.

Portanto, a solução escolhida representa a opção mais vantajosa para a Administração Pública, por assegurar padronização, segurança alimentar, controle efetivo da execução e continuidade no fornecimento das refeições, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os princípios que regem a gestão pública.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR:

O Valor total estimado da licitação é de: **R\$ 37.022.999,94** (trinta e sete milhões, vinte e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada pela Secretaria Municipal de Educação consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de alimentação escolar, abrangendo o fornecimento de gêneros alimentícios, a execução do preparo das refeições nas próprias unidades escolares, a distribuição, o controle de estoque, o



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

recebimento e armazenamento dos insumos, o pré-preparação, preparo e cocção, bem como a higienização completa de utensílios, equipamentos e ambientes utilizados.

A empresa contratada deverá dispor de toda a infraestrutura necessária à execução dos serviços, incluindo mão de obra qualificada, materiais de limpeza, utensílios, equipamentos e insumos compatíveis com as exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da legislação sanitária vigente, garantindo o atendimento diário durante o período de 200 (duzentos) dias letivos anuais, ou conforme o calendário escolar.

As refeições deverão ser preparadas e distribuídas nas próprias unidades escolares no mesmo dia de seu consumo, assegurando a qualidade nutricional, a segurança alimentar e a aceitação pelos educandos. Caberá à contratada garantir a conservação e funcionamento adequado de todos os equipamentos utilizados, promovendo a manutenção preventiva e corretiva, sempre que necessário, sem ônus adicional para a administração pública.

A solução contempla, ainda, a responsabilidade da contratada quanto à capacitação da equipe envolvida no preparo e manuseio dos alimentos, de forma a assegurar a adoção de boas práticas de higiene e manipulação. O serviço deverá ser executado de maneira contínua, padronizada e com rigor técnico, promovendo o atendimento às necessidades nutricionais dos alunos e contribuindo com a melhoria do desempenho escolar e da qualidade da educação no município.

9. DO PARCELAMENTO

9.1 – Para o presente processo licitatório, o parcelamento será realizado por lote, com o objetivo de otimizar a fiscalização e a execução do objeto, considerando a complexidade e a abrangência do serviço a ser prestado. Embora a execução contratual fique sob responsabilidade de uma única empresa, a divisão por lotes possibilita melhor organização operacional e administrativa, facilitando o controle da prestação dos



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

serviços, o acompanhamento das entregas, a gestão do fornecimento de gêneros alimentícios e a supervisão das atividades realizadas nas unidades escolares.

Tal estratégia visa garantir maior eficiência na gestão contratual, sem comprometer a padronização dos serviços, permitindo à Administração monitorar de forma segmentada e eficaz o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada em todas as instituições atendidas. Assim, o parcelamento por lote está tecnicamente justificado e atende aos princípios da economicidade, eficiência e controle efetivo da execução contratual.

10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação visa assegurar a continuidade e a qualidade da alimentação escolar fornecida aos alunos da rede municipal de ensino, promovendo a eficiência na execução dos serviços por meio da centralização das responsabilidades em uma empresa especializada, apta a atender de forma padronizada, segura e eficiente todas as unidades escolares.

Entre os resultados esperados, destacam-se:

Melhor aproveitamento dos recursos humanos, permitindo que os profissionais da rede municipal de ensino se dediquem integralmente às atividades pedagógicas e administrativas, sem a necessidade de mobilização de servidores para tarefas operacionais relacionadas à alimentação;

Eficiência logística e operacional, com a empresa contratada sendo responsável por todas as etapas do processo – fornecimento dos gêneros alimentícios, preparo das refeições, distribuição, higienização, organização dos espaços e controle de estoque –, assegurando agilidade, padronização e confiabilidade na execução dos serviços;

Economicidade, por meio da contratação em escala, com ganhos operacionais, redução de desperdícios, melhor controle sobre os insumos utilizados e previsibilidade nos custos, promovendo o uso racional e eficiente dos recursos públicos;



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

Garantia de alimentação de qualidade e com segurança alimentar para as crianças, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com as normas sanitárias vigentes, contribuindo diretamente para o bem-estar e a saúde dos alunos;

Contribuição efetiva para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que estudos apontam que crianças bem alimentadas têm melhor desempenho escolar, maior capacidade de concentração e menores índices de evasão e absenteísmo;

Promoção da equidade no acesso à alimentação, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica, recebam refeições adequadas durante o período letivo, fortalecendo a permanência na escola e o desenvolvimento integral.

Dessa forma, a solução contratual proposta busca não apenas a otimização dos recursos disponíveis, mas também o cumprimento do dever do Estado em garantir alimentação escolar como instrumento fundamental para a educação de qualidade e para o pleno exercício da cidadania.

11. DAS PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

11.1 – Para a contratação pretendida, além da definição de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, não haverá necessidade de providências adicionais prévias à celebração do processo. Entretanto, é fundamental que o gestor e o fiscal do contrato estejam plenamente informados sobre as diretrizes estabelecidas pelo Decreto Municipal 7483/2024, de 4 de julho de 2024.

O Decreto Municipal 7483/2024 estabelece normas e procedimentos atualizados que devem ser observados durante o período de execução do objeto, abrangendo aspectos relacionados à gestão e fiscalização contratual. A conformidade com essas diretrizes garantirá uma execução eficiente e dentro dos parâmetros legais estabelecidos.



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

Portanto, é essencial que o gestor e o fiscal do contrato revisem e compreendam o conteúdo do Decreto Municipal 7483/2024, assegurando que todas as responsabilidades e requisitos sejam devidamente atendidos ao longo da execução contratual.

11.2 – A fiscalização do contrato ficará a cargo dos seguintes servidores:

Fiscal de Gestão: Luiz Fernando Pedroso – Matrícula: 352611

Fiscal de execução: Geonice Luiza Moreira de Araújo – Matrícula: 212201/80401

Fiscal de execução Suplente: Celia Regina Ferreira da Silva Ianiski -
Matrícula: 76401/200701

Portaria 06/2025.

12. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS

12.1 – Atualmente, o fornecimento da alimentação escolar na rede municipal de ensino é realizado por meio do Contrato nº 84/2021, cuja vigência se estende até agosto de 2026. O presente processo licitatório tem como objetivo assegurar a continuidade das políticas públicas voltadas à alimentação escolar, promovendo o atendimento regular e de qualidade aos alunos matriculados nas instituições da rede municipal de ensino de Fazenda Rio Grande.

Ainda que não existam contratações paralelas ou interdependentes que comprometam a execução direta do objeto, destaca-se que a prestação dos serviços de alimentação escolar poderá estar associada a contratações acessórias de responsabilidade da Administração, como aquisição de equipamentos de cozinha, manutenção predial ou insumos complementares, as quais não interferem na autonomia da presente contratação.

Assim, o processo ora em planejamento busca garantir a manutenção da política de segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar, assegurando que não haja descontinuidade no fornecimento das refeições, promovendo a saúde, o desenvolvimento e o aprendizado dos educandos atendidos pela rede municipal.



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

13. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 – No caso da contratação de empresa especializada para fornecimento e preparo de alimentação escolar nas unidades da rede municipal de ensino, os impactos ambientais potenciais relacionam-se, principalmente, à geração de resíduos orgânicos e recicláveis, ao consumo de água e energia, e ao uso de materiais de limpeza e embalagens.

Com o objetivo de mitigar esses impactos, deverão ser observadas as seguintes medidas:

Adoção de práticas sustentáveis no preparo e distribuição das refeições, com estímulo ao uso racional de recursos naturais (água e energia), evitando desperdícios e promovendo a eficiência no consumo;

Destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, com separação e descarte de resíduos orgânicos e recicláveis em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), incentivando a coleta seletiva, quando disponível, em parceria com a gestão ambiental municipal;

Utilização de equipamentos e utensílios que apresentem baixo consumo energético e maior durabilidade, conforme as especificações da contratação, contribuindo para a eficiência operacional e a redução do impacto ambiental;

Logística reversa, quando aplicável, para embalagens de insumos e materiais utilizados no preparo das refeições, com retorno ao fornecedor ou destinação ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente;

Adoção de produtos de limpeza biodegradáveis, que apresentem menor impacto ambiental, priorizando formulações que respeitem os padrões exigidos pelos órgãos de controle ambiental e sanitário;

Capacitação da equipe da contratada quanto às boas práticas ambientais, especialmente no uso consciente de recursos, correta manipulação dos alimentos e descarte adequado de resíduos.



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

Essas exigências deverão ser observadas durante toda a execução contratual, de forma a promover a sustentabilidade, reduzir impactos negativos ao meio ambiente e alinhar a política de alimentação escolar com os princípios de responsabilidade socioambiental da administração pública.

15. DA CONCLUSÃO

15.1 – Diante das análises técnicas, jurídicas, operacionais e econômicas realizadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e preparo de alimentação escolar nas instituições da rede municipal de ensino de Fazenda Rio Grande é adequada, necessária e vantajosa para a Administração Pública.

A solução proposta assegura a continuidade das políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional dos alunos, com garantia de refeições balanceadas, produzidas diariamente nas unidades escolares, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com a legislação sanitária vigente. Além disso, promove o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, assegura economicidade e eficiência na execução contratual e contribui diretamente para o desenvolvimento integral dos estudantes e a melhoria dos indicadores educacionais do município.

Portanto, a contratação atende plenamente à necessidade pública identificada, revela-se técnica e economicamente viável e deve ser considerada o meio mais eficaz para a execução da política de alimentação escolar no âmbito da rede municipal de ensino.

Fazenda Rio Grande, 27 de maio de 2026.



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

Documento elaborado pela equipe técnica:

Leonardo de Britto - Matrícula: 364823 Técnico em Controle Administrativo
Mávila de Fátima Barbosa Arruda Falcão - Matrícula: 352156 Coordenação/Assessoria - Divisão de Compras

Conferido e ratificado por:

Guilherme Silva Luiz Carlos Matrícula: 352626 Diretor-Geral Decreto 7731/2025



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Educação
Divisão Administrativa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado/identificado da empresa)
Ref. Pregão Eletrônico n.º ____/202__

A (razão social da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que:

a) Aceita integral e irretratavelmente os termos do edital em epígrafe.

b) Para fins do disposto no Prejulgado 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Acórdão 2745/10 – TCE/PR, que não possui sócio, cotista ou dirigente, bem como não possuem em seu quadro funcional nem que contratará empregados com incompatibilidades com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia, de assessoramento, que seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

c) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, declaro, sob as penas da lei, que esta empresa cumpre integralmente o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) (NO CASO DE ME/EPP) Está enquadrada no regime de tributação de Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme estabelece o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, devidamente comprovado por meio da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial competente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, ou norma que a suceder.

Local e Data: _____
Assinatura do Representante Legal: _____

Assinantes



Leonardo de Britto

Assinou em 27/05/2026 às 13:38:16 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Leonardo de Britto, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



Mavila Fatima Barbosa Arruda Falcão

Assinou em 27/05/2026 às 13:39:25 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Mavila Fatima Barbosa Arruda Falcão, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



GUILHERME SILVA LUIZ CARLOS

Assinou em 27/05/2026 às 15:26:09 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de GUILHERME SILVA LUIZ CARLOS com o CPF ***.259.249-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, GUILHERME SILVA LUIZ CARLOS, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

0VQ-201-364-1JM